SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS, UMA ABORDAGEM BIOPOLÍTICA

MENCATO, Stephany Dayana Pereira¹

Resumo: O presente artigo se divide em duas etapas, uma análise bibliográfica acerca da constituição do Sistema Interamericano de proteção e garantia aos Direitos Humanos, e uma análise teórica a partir da teoria biopolítica de Michael Foucault, percebendo-se a possibilidade da crítica por meio do conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw decolonial de Aníbal Quijano. Busca-se a perspectiva de um direito humano crítico, compreendendo que ao se debater juridicamente em separado sobreposições e categorias de injustiças sociais, poder-se-á levar a invisibilizações frente ao sistema de proteção, tendo-se como exemplo o caso concreto das mulheres não heterossexuais.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Biopolítica; Interseccionalidade; Decolonialidade; gênero.

Abstract: This article is divided in two stages, a bibliographical analysis about the constitution of the Inter-American System of protection and guarantee to the Human Rights, and a theoretical analysis from the biopolitical theory of Michael Foucault, perceiving the possibility of the critic by means of the concept of intersectionality of Kimberlé Crenshaw and decolonial of Aníbal Quijano. It seeks the perspective of a critical human right, understanding that in discussing legally separate overlaps and categories of social injustices, it will be possible to lead to invisibilizations in front of the protection system, taking as an example the concrete case of don't straight women.

Key Words: Human Rights; Biopolitics; Intersectionality; Decoloniality; genre.

Introdução

¹Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas; Universidade Federal da Integração Latino Americana e Universidade do Oeste do Paraná; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; bolsista (PIBIC- FA) com plano de trabalho "o sexo como problema econômico-político em Michel Foucault" sob a orientação do prof. Dr. João Roberto Barros II. contato@stephanymencato.com.br

<https://doi.org/10.36311/1983-2192.2018.v20n20.01.p1>

A violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais limitando total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades, como afirma logo ao preâmbulo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

Tal Convenção tem por foco a eliminação de toda forma de violência contra a mulher, vez que esta caracteriza marcante problema social e sua prevenção e erradicação são apresentadas como principal objetivo também pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979).

Contudo, mesmo frente a este cenário de aparente protecionismo internacional, segue sendo mundialmente altíssimo o número de mulheres vítimas de todas as formas de violências, quadro que se repete nos países da América Latina.

O sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos se propõe a buscar soluções pacíficas para questões sociais, econômicas e culturais no continente, porém, seria capaz de por meio de seu discurso formado nas cortes e tribunais, por vezes universalista, se constituir de fato como garantidor da dignidade das vítimas?

O problema do presente trabalho aparece assim, ao se pensar uma situação específica: como se constitui o Sistema Interamericano de proteção e garantia aos Direitos Humanos? Qual a análise reflexiva a partir da teoria biopolítica de Michael Foucault? É possível se pensar aqui a crítica decolonial de Aníbal Quijano? Como ter por base o caso específico de violências doméstico-familiares sofridas por mulheres não heterossexuais?

Apresenta-se inicialmente o processo internacional que levará a formação do Sistema Interamericano de proteção aos Direitos Humanos e as legislações específicas que abordarão as questões de violência de gênero. Ressalta-se que até o momento não foram localizadas decisões junto a estas instâncias de maior relevância que considerem o debate específico de violência sofrida por mulheres não heterossexuais, ainda que estas possuam atuação e repercussão no continente americano e em toda América Latina, exceto Cuba que não integra a Comissão Interamericana de DH, o que desde já indica sua invisibilidade.

A segunda parte do estudo propõe uma pesquisa bibliográfica teórica onde seria possível observar a crítica biopolítica ao debate dos direitos humanos, ao passo que estes se apresentam como universais, bem como pela teoria foucaultiana se aponta o caminho para se pensar a sexualidade além das reivindicações específicas de um grupo por vezes definido como socialmente minoritário de mulheres não heterossexuais, mas enquanto problema econômico e político da população.

Utilizando-se o conceito de interseccionalidade, formulado pela jurista Kimberlé Crenshaw, a fim de se pensar como gênero e sexualidade, mas não apenas estas categorias se sobrepõem enquanto injustiças sociais. Amplia-se assim a possibilidade de análise a fim de se introduzir a possibilidade de um o debate decolonial, pensando-se poder a partir de Aníbal Quijano.

A conclusão se formula a fim de reforçar a perspectiva de um direito crítico, reafirmando-se que ao se debater juridicamente em separado sobreposições e categorias de injustiças sociais, poder-se-á levar a invisibilizações frente ao sistema jurídico, a impossibilidade das cortes de conhecerem a integralidade do problema que deverão julgar, e em última instância a uma legitimação social de violências que legalmente se busca combater.

Direitos Humanos na América Latina.

O Sistema de proteção voltado à garantia dos direitos humanos começa a se desenvolver internacionalmente em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando, em 1945, em substituição à Liga das Nações, funda-se a Organização das Nações Unidas (ONU), com a intenção de impedir outro conflito como aquele, sendo que, em 1948, firma-se durante Assembléia-Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Ainda em 1948, na cidade de Washington (capital dos Estados Unidos), é fundada a OEA (Organização dos Estados Americanos) organização internacional formada atualmente por 35 países do continente americano, dentre eles todos os países da chamada América Latina, exceto Cuba.

Todos os representantes dos países membros, ao tornarem-se signatários da Carta da Organização dos Estados Americanos, especialmente no art. 2º “F”, comprometeram-se na busca de soluções pacíficas para questões sociais,

econômicas e culturais do continente. É este comprometimento que culmina na aprovação pelos Estados signatários da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem aprovada na nona Conferência Internacional Americana, ainda no mesmo ano, em Bogotá, instituindo questões socioculturais e econômicas como o cerne de todo debate humanitarista do sistema jurídico interamericano fundado.

Em 1959 é criada a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, órgão que compõe uma das duas entidades fundadoras do sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos. Criada para promover a observância e a defesa da Convenção Americana sobre Direitos Humanos com relação aos Estados Partes da mesma, bem como dos direitos consagrados na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, com relação aos demais Estados membros.

A Comissão serve como órgão consultivo da OEA nesta matéria, conforme art. 1º de seu Estatuto de fundação, formulando recomendações aos governos dos estados americanos, preparando estudos e relatórios sobre o desenvolvimento dos Direitos Humanos neste continente, recebendo ainda e examinando reclamações de indivíduos contra violações a Direitos Humanos ocorridas nos Estados-membros.

Em 1969 firma-se tratado internacional entre os países-membros da OEA, denominado Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH; também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica) onde se prevê, ao art. 33 e demais, a criação de uma Corte para julgar as violações ocorridas na região.

Em 1979 é fundada a Corte Interamericana de Direitos Humanos, segunda entidade do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos, órgãos não permanentes, que se reúnem em períodos pré-determinados de sessões ao longo do ano.

Como parte deste processo que buscará ao longo dos anos estruturar o sistema interamericano de proteção e garantia dos direitos humanos com foco em questões sociais, econômicas e culturais do continente, em 1979, firma-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção da Mulher).

Esta determina, já em seu art. 1º, que a expressão “discriminação contra a mulher” corresponde a toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha por objeto ou resultado o prejuízo ou anulação do reconhecimento, gozo ou

exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Em 1994, a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) estende ainda mais este conceito de discriminação definindo, em seu art. 1º, que por violência contra a mulher se entende qualquer ato ou conduta baseada no gênero, causando-lhe morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Tem-se assim consolidado legalmente entre os países membros da OEA que os delitos de violência contra a mulher são violações dos direitos humanos, sejam originados pelo feminino enquanto sexo - atributo biológico ou como gênero – constructo social, e de competência do sistema interamericano de proteção e garantia aos Direitos Humanos, o que será reafirmado pela CIDH em seu Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, em seu Capítulo VIII.

Percebe-se assim a relevância dada pelo sistema interamericano de Direitos Humanos ao combate de todas as formas de violências sofridas por mulheres, dentre elas em especial as sofridas no contexto doméstico/familiar enquanto questão de extrema relevância para o desenvolvimento social, econômico e cultural do continente e da América Latina. Sistema este que guiará, por meio de suas resoluções, decisões e recomendações, à aplicação jurídica dos Direitos Humanos em todos os países signatários.

O Dossiê de Violência contra as Mulheres, formulado pela Agência Patrícia Galvão, ao tratar das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, expõe como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA tem recebido informações sobre a maior vulnerabilidade da população de mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais a atos de violência sexual ou familiar de modo geral apontando ainda para o maior risco particular de violência familiar/doméstica nos casos de mulheres não heterossexuais devido à misoginia e à desigualdade de gênero, além do preconceito sexual existente na sociedade.

Biopolítica, Interseccionalidade, Decolonialidade e Direitos Humanos

A problemática dos Direitos Humanos aqui é retomada a partir da genealogia foucaultiana, descrita por ele como uma forma de “história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimento, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 2011, p. 7).

Isso implica a negação da ideia jurídica do corpo social formado pela totalidade das vontades individuais, do contrato social, e a aceitação de que, ao invés do consenso, o que irá constituir o corpo social é a materialidade do poder exercido sobre o próprio corpo dos indivíduos.

Poder este produtivo e, mais, produtor de individualidade entendendo-se o próprio indivíduo enquanto produto de poder e saber. O que se consolida por meio dos chamados dispositivos de poder, compreendidos como:

(...) em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode estabelecer entre esses elementos. (...) Em segundo lugar, (...) a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. (...) tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; (...). Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (...) Em terceiro lugar (...) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2011, p. 244).

Como afirma Deleuze (1986, p. 63-64), a definição de dispositivo configura um diagrama ou máquina abstrata que vem a ser o mapa das relações de forças, de densidade, de intensidade, de uniões primárias não localizáveis, e que em cada instante passam por qualquer ponto, que se situam não acima ou abaixo, mas no próprio tecido dos agenciamentos que produzem. Criando correlações, pressuposições recíprocas entre a causa e o efeito do poder, entre a máquina

abstrata e os agenciamentos concretos que são então nomeados dispositivos, e permearão a população considerada agora como:

(...) um conjunto de processos que é preciso administrar no que tem de natural e a partir do que tem de natural. (...) a população não é um dado primeiro, ela está na dependência de toda uma série de variáveis. A população varia com o clima. Varia, com o entorno material. Varia com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas. Varia, é claro, de acordo com as leis a que é submetida (...) com os hábitos das pessoas (...). A população varia com os valores morais ou religiosos (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Ou seja, população muito além do amontoado quase animalesco, facilmente domesticável e obediente passivo aos mandos do soberano clássico, mas percebida como fenômeno permeado de variáveis, relações, desejos e, ao mesmo tempo, possuidora de uma natureza acessível e penetrável por métodos de poder racionalizados.

Os dispositivos, ligados agora à economia e à política por articulações numerosas e sutis terão como principal vínculo o corpo do indivíduo, este corpo que produz e consome, e terá como principal problema econômico e político a sexualidade.

(...) problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas (...) é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se (...) às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, no limite entre o biológico e o econômico. (FOUCAULT, 2015, p. 29)

Por estas afirmativas, da sexualidade enquanto dispositivo de poder, do sexo enquanto problema econômico e político da população, do poder produtor da individualidade, do corpo como foco do poder e espaço de resistência que se fundamenta a retomada da crítica biopolítica ao debate dos direitos humanos.

Neste sentido Barros II (2011, p. 8) afirma como é criticável a visão do Estado moderno para com a vida humana baseada em princípios humanistas, pois a tese de Foucault é justamente o fato de a vida ter se tornado o objeto central da disputa política a partir do século XIX, mesmo sendo formulada em afirmações de direitos e garantias, é a luta pela vida biológica e natural feita agora no uso dos discursos pelos direitos humanos.

Problematizado este ainda por sua proposta pretensamente neutra, vez que “Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado (...). Mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder” (FOUCAULT, 2011, p. XXI), assim o corpo individual, a sexualidade e o gênero poderão ser expostos no centro do debate dos direitos humanos.

Neste sentido Rabenhorst (2012, p. 29), incita ainda não se poder duvidar da existência de uma violência simbólica que recai concretamente na materialidade dos corpos. Esta se manifestaria através de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, atuando na própria formação da identidade, sendo a violência de gênero certamente, em primeiro lugar, uma violência desse tipo, invisível porque não sentida como tal.

Assim, um olhar subversor do direito, capaz de pensar a violência material que afeta o corpo e o indivíduo em suas relações diárias, é necessário. Haveria diversos pontos de discordância ao abordarmos as teorias contemporâneas feministas e de gênero ao tratar do tema violência doméstica “Tais divergências passam pela própria estruturação do feminismo como uma teoria/prática não unitária, mas como uma forma de pensamento e de ação plural e dinâmica” (RABENHORST, 2012, p. 28).

Refletir sobre gênero, raça, etnia, classe e sexualidade dentro dos direitos humanos nos remete deste modo ao conceito de interseccionalidade, obrigando, ao pensar estas categorias, a utilização de uma forma articulada e inter-relacional, tendo em vista o fato que elas estão entrelaçadas em cada uma/um de nós. Relações de gênero e suas interseccionalidades, bem como as relações de poder aí implícitas, estão constantemente presentes em nossa sociedade, no nosso próprio cotidiano, em situações diversas do dia a dia, por meio dos mais diversos artefatos culturais como expõem Brito e Freitas (2014, p. 253).

É possível pensar deste modo como micromecânicas de poder afetam os corpos e se sobrepõem de modos diferentes em certos indivíduos. Importante destacar aqui que o conceito de interseccionalidade é formulado em um contexto também de invisibilidade enquanto denúncia de discriminação composta, e é exemplificado a partir do seguinte caso judicial:

Na General Motors, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente (...) funções para homens. E, como ocorre freqüentemente, os empregos disponíveis a mulheres (...) não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas. Por essa razão, elas moveram um processo afirmando que estavam sofrendo discriminação racial e de gênero. O problema é que o tribunal não tinha como compreender que se tratava de um processo misto de discriminação racial e de gênero (CRENSHAW, 2012, p. 10).

O resultado final neste caso foi que o tribunal informou as mulheres negras que seu processo não possuía fundamentos, essencialmente, pois a empresa possuía funcionários negros, ainda que homens, e funcionárias mulheres, que por acaso eram brancas, assim “basicamente elas não haviam sofrido qualquer tipo de discriminação que a lei estivesse disposta a reconhecer” (CRENSHAW, 2012, p.11).

Compreende-se que “A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 69) ainda que surja em um contexto de interseção entre raça e gênero, terá como fim “identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (CRENSHAW, 2012, p.11).

Buscar pela crítica biopolítica foucaultiana aos direitos humanos e pela interseccionalidade de K. Crenshaw é uma possibilidade para se pensar meios de rompimento a invisibilidade jurídica.

Esta afeta grupos determinados quando estabelecido um debate jurídico humanitário universalista, que se mostra capaz de minar a efetividade dos direitos humanos na América latina.

Tal se da vez que exclui, por exemplo, todas as mulheres não heterossexuais do continente americano do Sistema Jurídico que se propõe a efetivar, tutelar e garantir seus direitos.

Destaca-se neste contexto novamente a inexistência de sentenças junto a CIDH que trate do tema específico da violência doméstica oriunda de discriminação de sexualidade e gênero sofrida por mulheres não heterossexuais

Por fim, pode-se considerar ainda que, até as irrupções das questões de subjetividade e gênero, o olhar eurocentrado não conseguiu perceber todos os meios que poderão ser tidos como compositores da configuração do poder, pois:

O poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a 'natureza' e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2010, p.76).

Assim a teoria dos direitos humanos ao ser ampliada, compreendendo sexualidade e gênero de modo interseccional denuncia a invisibilidade, o não atendimento de demandas e peculiaridades concretas.

Denuncia que estes casos específicos se vêem impossibilitados de serem atendidos pelo sistema interamericano de direitos humanos podendo fazer os órgãos responsáveis desconhecem a integralidade do problema que julgam, e em última instância poderá levar a uma legitimação social de diversas violências.

Referências bibliográficas

BARROS II, João Roberto. **Crítica e direitos dos homens em Foucault: biopolítica, potência do estado e direitos humanos**. 2011. Acesso em 06/10/2017. Disponível em: <http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_25/barrosll_mesa_25.pdf>

BRITO, Sônia Ma. de Souza; FREITAS, Patrícia F. L. N. Almeida. **Gênero, Educação e Poder: A presumida igualdade e a fabricação das diferenças no**

espaço escolar. 18º REDOR, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE, 2014.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2012. Acesso em 06/10/2017. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Prólogo de Miguel Morey, ed. Buenos Aires: Paidós, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; Revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Ed. 29a - Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP. v. 26, n. 1 (2014). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. Epistemologias do sul/org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – 2a ed. Coimbra: Edições Almedina SA, 2010.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. ed. 4. Portugal: Gradiva, 2005.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **As Teorias Feministas do Direito e a Violência de Gênero**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 20-32, jan.-mar. 2012

Consulta a sites:

Site: dhnet. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Acesso em 20/09/2017. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_carta_oea_1948.pdf>

Site: **Nações Unidas no Brasil**. Carta da ONU. Acesso em 20/09/2017.
Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Acesso em 26/09/2017. Disponível em:
<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”. Acesso em 20/09/2017. Disponível em:
<<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Acesso em 20/09/2017.
Disponível em:
<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Acesso em 26/09/2017.
Disponível em:
<<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/t.Estatuto.CIDH.htm>>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Acesso em 26/09/2017.
Disponível em:
<<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/v.Estatuto.Corte.htm>>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil. Acesso em 22/09/2017.
Disponível em: <<https://cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/indice.htm>>

Site: OEA - **Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. Relatório N° 54/01* Caso 12.051- Maria da Penha Maia Fernandes contra Brasil. Acesso em 14/09/2017. Disponível em:
<<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>

Site: Onu mulheres. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. Acesso em 22/09/2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>

Site: Onu mulheres. **Nota pública pelos 10 anos da Lei Maria da Penha:** em defesa da lei e da institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Acesso em 26/09/2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-pelos-10-anos-da-lei-maria-da-penha-em-defesa-da-lei-e-da-institucionalizacao-das-politicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>>

Site: Agência Patrícia Galvão. **Violência contra mulheres lésbicas, bis e trans** - Dossiê Violência contra as Mulheres. Acesso em 12/09/2017. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>>